



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

COORDENADORIA DE GESTÃO COMPARTILHADA DE PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRAÇÃO INTERNA DE BAURU

Entre os dias 05 e 08 do mês de março de 2018, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho SAMUEL HUGO LIMA, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 01/2018, divulgado em 19/12/2017 no DEJT (Edição 2377/2017 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 04). Presentes a Juíza Diretora do FORUM ANA CLÁUDIA PIRES FERREIRA DE LIMA e o Juiz Responsável EDSON DA SILVA JÚNIOR. Com base nas informações prestadas pela Coordenadoria e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

1 – ESTRUTURA FUNCIONAL:

(fonte: Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUÍZA DIRETORA DO FÓRUM
ANA CLÁUDIA PIRES FERREIRA DE LIMA
JUIZ RESPONSÁVEL
EDSON DA SILVA JÚNIOR

2 – QUADRO DE SERVIDORES:

2.1 Lotação – Servidores:

(fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
Carlos Eduardo Correa de Godoy	TJA	FC-02 Assistente	14/09/2015
Edson de Souza	TJA		14/09/2015
Eriberto Lothar Leal	TJA	FC-02 Assistente	14/09/2015



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



José Paulo Delci	TJA	CJ-02 Diretor Serviço Distrib. feitos	18/11/2015
Márcia Di Donatto Ferreira	AJA	FC-05 assistente diretor distrib.	14/09/2015
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			05
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			--

AJA – Analista Judiciário – área administrativa

TJA – Técnico Judiciário – área administrativa

2.2 Lotação – Oficiais de Justiça:

(fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
Adriane de Paula Campos Batistuta	AJ-OJAF		14/09/2015
Augusto Cesar Gandara Capella	AJ-OJAF		14/09/2015
Fabiola Carla Ferreira	AJ-OJAF		14/09/2015
Flávio Alexandre Silva	AJ-OJAF		14/09/2015
Geisa Menani Silva Reghini	AJ-OJAF		09/08/2017
Jesy Leite Júnior	AJ-OJAF		14/09/2015
Raphael Barbosa Freixeda	AJ-OJAF		14/09/2015
Sandra Popolo	AJ-OJAF		14/09/2015
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			08
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			--

AJ-OJAF – Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador Federal

2.3 Servidor não computado no ideal:

(fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
Jorge Aparecido de Almeida	TJ-seg	-	14/09/2015

TJ-Seg – Técnico Judiciário – área de segurança

2.4 Ausências, exceto férias – 22/02/2017 a 22/02/2018:

(fonte: Serviço de Registros Funcionais e Frequência)

MOTIVO	DIAS
Compensação de dias trabalhados em plantão judiciário	31



Compensação de dias trabalhados em recesso	01
Licença para tratamento de pessoa da família	04
Licença para tratamento da própria saúde	32
Participação em congresso	04
Participação em curso ministrado pelo TRT	16
Viagem a serviço	08
Total:	88

2.5 Estagiários:

(fonte: Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
Caio Floriano de Souza	CIEE	15/09/2018
Jean Carlos Preto de Moraes	CIEE	15/06/2018
Reginaldo Vagner da Silva	CIEE	15/06/2018

2.6 Ações de capacitação – 25/02/2017 a 22/02/2018 (metas 15 do CNJ e 30, 31 e 32 do TRT-15):

(fonte: Seção de Capacitação de Servidores)

SERVIDORES	HORAS
Adriane de Paula Campos Batistuta	34
Augusto Cesar Gandara Capela	138
Carlos Eduardo Correa de Godoy	139
Edson de Souza	44
Fabiola Carla Ferreira	16
Flávio Alexandre Silva	15
José Paulo Delci	7,5
Márcia Di Donatto Ferreira	161
Sandra Popolo	214

3 – MOVIMENTAÇÃO – COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO (PETIÇÕES E EXPEDIENTES RECEBIDOS):

(fonte: SAP 1G)

DESTINATÁRIO	2016	2017
1ª VARA	3.823	2.141
2ª VARA	3.880	1.676
3ª VARA	4.539	3.008
4ª VARA	4.367	2.662
COORDENADORIA DE DISTRIBUIÇÃO	101	149



TOTAIS	16.710	9.636
---------------	---------------	--------------

4 – MOVIMENTAÇÃO DA CENTRAL DE MANDADOS:

(fonte: Coordenadoria de Gestão Compartilhada de Processos Judiciais e Administração Interna)

4.1 Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G):

Não há.

4.2 Diligências pendentes de cumprimento (com prazo vencido) (SAP1G):

Não há.

4.3 Diligências pendentes de cumprimento (com prazo vencido) (PJ-e):

Não há.

5 – MOVIMENTAÇÃO DO NÚCLEO REGIONAL DE GESTÃO DE PROCESSOS E DE EXECUÇÃO

(fonte: Coordenadoria de Gestão Compartilhada de Processos Judiciais e Administração Interna)

5.1 CONTROLE DE AUDIÊNCIAS

a) Audiências na fase de CONHECIMENTO realizadas:

UNIDADE	QUANTIDADE DE PROCESSOS	CONCILIAÇÕES EM AUDIÊNCIA	VALORES CONCILIADOS
1ª VT de Bauru	-	-	-
2ª VT de Bauru	36	9	R\$ 56.384,84
3ª VT de Bauru	-	-	-
4ª VT de Bauru	-	-	-
TOTAL	36	9	R\$ 56.384,84

b) Audiências na fase de EXECUÇÃO realizadas:

UNIDADE	QUANTIDADE DE PROCESSOS	CONCILIAÇÕES EM AUDIÊNCIA	VALORES CONCILIADOS
1ª VT de Bauru	327	82	R\$ 10.235.783,39
2ª VT de Bauru	587	172	R\$ 6.270.874,82
3ª VT de Bauru	277	96	R\$ 3.020.632,99
4ª VT de Bauru	242	55	R\$ 2.870.687,38
VT de Botucatu	86	32	R\$ 1.443.697,22
1ª VT de Jaú	87	21	R\$ 615.153,31
2ª VT de Jaú	98	29	R\$ 903.535,14



VT de Santa Cruz do Rio Pardo	21	5	R\$ 93.826,00
TOTAL	1.725	492	R\$ 25.454.190,25

5.2 MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO

O gestor informou serem adotadas na Circuncrição medidas de incentivo à mediação, apontando que as mediações ocorrem às segundas, terças e quartas-feiras em Bauru, reservando-se os demais dias para audiências fora da sede. O Magistrado responsável permanece presente na Unidade durante todo o tempo em que ocorrem as mediações, sendo pautados até 30 (trinta) processos por dia, em qualquer fase processual.

Informou, ainda, que a Cordenadoria conta com três servidores capacitados para mediação pela Escola Judicial.

5.3 INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL – GRANDES DEVEDORES

a) **Relação de Investigação Patrimonial em andamento (de outros anos e as iniciadas neste ano):**

NÚMERO DO PROCESSO	QUANTIDADE DE EXEQUENTES	VALOR DA EXECUÇÃO
PAIP 03/2015	25	R\$ 358.262,68
PAIP 04/2015	56	R\$ 559.202,88
PAIP 05/2015	1.008	R\$ 25.000.000,00
PAIP 08/2015	78	R\$ 1.401.016,54
PAIP 02/2016	55	R\$ 2.412.761,42
PAIP 03/2016	47	R\$ 705.375,46
PAIP 04/2016	52	R\$ 118.694,40
PAIP 05/2016	39	R\$ 2.500.000,00
PAIP 06/2016	33	R\$ 190.185,33
PAIP 08/2016	19	R\$ 478.095,81
PAIP 09/2016	18	R\$ 217.590,74
PAIP 10/2016	10	R\$ 67.045,77
PAIP 11/2016	8	R\$ 87.787,90
PAIP 12/2016	7	R\$ 71.838,00
PAIP 13/2016	8	R\$ 800.000,00
PAIP 14/2016	7	R\$ 96.859,91
PAIP 15/2016	7	R\$ 39.302,72
PAIP 16/2016	11	R\$ 403.855,69
PAIP 17/2016	11	R\$ 217.863,83
PAIP 18/2016	11	R\$ 76.081,68
PAIP 19/2016	8	R\$ 186.876,64
PAIP 20/2016	8	R\$ 115.008,86



PAIP 21/2016	10	R\$ 126.269,46
PAIP 01/2017	7	R\$ 191.956,94
PAIP 02/2017	816	R\$ 38.000.000,00
PAIP 03/2017	67	R\$ 932.436,40
TOTAL	3.242	R\$ 113.354.368,57

b) Investigações Patrimoniais FINALIZADAS no ano com resultado INTEGRALMENTE POSITIVO:

NÚMERO DO PROCESSO	QUANTIDADE DE EXEQUENTES	VALOR DA EXECUÇÃO
PAIP 01/2016	59	R\$ 2.500.000,00
TOTAL	59	R\$ 2.500.000,00

c) Investigações Patrimoniais FINALIZADAS no ano com resultado PARCIALMENTE POSITIVO:

Não há.

d) Investigações Patrimoniais FINALIZADAS no ano com resultado FRUSTRADO:

Não há.

e) Valores arrecadados decorrentes de execuções RESOLVIDAS pela investigação Patrimonial:

UNIDADE	QUANTIDADE DE PROCESSOS	VALOR DAS EXECUÇÕES
PAIP 02/2015	763	R\$ 1.575.824,63
TOTAL	763	R\$ 1.575.824,63

6 – MOVIMENTAÇÃO DA SEÇÃO DE HASTA PÚBLICA (SHP)

(fonte: Coordenadoria de Gestão Compartilhada de Processos Judiciais e Administração Interna)

a) Hastas Públicas realizadas:

IDENTIFICAÇÃO DA HASTA	QUANT. PROCESSOS INCLUÍDOS EM HASTA	QUANTID. BENS INCLUÍDOS EM HASTA	VALOR TOTAL DOS BENS INCLUÍDOS	BENS ARREMATADOS (% sobre a quantidade)	VALOR ARREMATACÕES	BENS ARREMATADOS (% sobre o valor)
01/2017	38	64	16.387.376,57	4,69%	179.398,00	1,09%



02/2017	43	60	11.456.458,42	5,00%	36.500,00	0,32%
03/2017	41	54	16.944.666,04	9,26%	1.721.000,00	10,15%
04/2017	26	42	16.047.587,41	38,09%	491.677,50	3,09%
05/2017	26	36	37.892.909,00	8,33%	88.749,50	0,23%
06/2017	60	117	15.266.424,12	18,80%	854.644,30	5,59%
07/2017	34	45	6.182.181,67	35,55%	1.161.000,00	18,77%
08/2017	64	124	15.293.903,00	12,09%	1.469.250,00	9,61%
TOTAL	332	542	135.471.506,23	15,31%	6.002.219,30	4,43%

b) Varas da Circunscrição que não incluíram processos em Hasta Pública:

Não há.

7 – CONSTATAÇÕES:

Foi realizada reunião com o coordenador e com a assistente da Coordenadoria de Gestão Compartilhada, abordando os seguintes temas: reunião de execuções, onde se revela alguma dificuldade dos Grupos Internos da Execução (GIE). Identifica-se, ainda, dificuldade quanto ao sistema EXE15, sobretudo, em que circunstância se configura a execução frustrada. A Corregedoria esclarece à coordenadoria que, além de emitir a certidão negativa em execução com a informação de que não há bens livres e desembaraçados (opção “execução frustrada”), deve, sempre que o caso, anexar o “Rascunho/Anotações” com informações próprias: detalhamento das pesquisas e de outras diligências realizadas, bem assim a localização de bens que não interessem à execução em razão de parametrização local ou ainda, outras informações relevantes ao redirecionamento dos atos executórios. Notadamente, a eficiência do EXE15 decorre do correto preenchimento e anexação do “Rascunho/Anotações”, o que, reitera-se, é fator preponderante para a correta aferição e consequente caracterização de um grande devedor e, assim, ensejar o procedimento administrativo para pesquisa patrimonial avançada. Aliás, o Juiz Responsável da CGC teceu elogios ao sistema, apontando sua eficácia, inclusive, durante as audiências do CEJUSC. A essa razão, também salientou a necessidade da sua correta alimentação, como apontado acima.



No tocante ao plano de ação a ser apresentado com o propósito de reduzir o número de diligências em atraso, o coordenador informa que os mandados foram redistribuídos e, assim, concluídos.

O coordenador revela que na região é incomum a quebra de empresas com número muito elevado de exequentes, razão pela qual os processos administrativos de investigação patrimonial foram iniciados em executados com não tão elevado número de exequentes.

Nada obstante a disponibilização de pautas para tentativa de conciliação, o coordenador informa que é reduzido o número de unidades que as requeiram.

Três vezes na semana são realizadas pautas no CEJUSC, sendo a maioria das audiências em processos na fase de liquidação e execução. Quando na fase de conhecimento, tais audiências são realizadas pelas próprias unidades.

8 – DETERMINAÇÕES:

8.1 – reitera-se, sob pena de responsabilidade, que seja observado o disposto no item 3 da Ordem de Serviço CR nº 07/2016, no qual se esclarece o procedimento para anexar à certidão negativa e o documento “rascunho/anotações”, como forma de prestar informações úteis ao Juízo, sem a juntada no processo;

8.2 – observar os seguintes normativos: Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho – Seção XII (atualiza e sistematiza as Normas Procedimentais na Fase de Execução); Ato Regulamentar GP nº 11/2017 (solicitação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva); Ato nº 13/2017 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (depósitos judiciais); Portaria GP nº 03/2018 (centraliza endereços de notificações de diversas empresas); Comunicado CR nº 14/2017 (comunica os procedimentos que devem ser adotados para processos arquivados definitivamente, no Pje, a partir de cumulação de execuções ou execução frustrada).

9 – ATENDIMENTOS:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Comparecem a Vice-Presidente da 21ª Subseção da OAB de Bauru Dra. Márcia R. N. F. Polentini, OAB/SP nº 201.443, o Coordenador Dr. José A. de Sena Jesus, OAB/SP nº 126.298, e o Vice-Coordenador Dr. Luiz Fernando Bobri Ribas, OAB/SP Nº 74.357 e fazem os seguintes apontamentos:

- preocupação com a movimentação processual, nada obstante o advento do processo judicial eletrônico, sobretudo, quanto à não reposição dos deltas nas unidades do Fórum Trabalhista de Bauru. No aspecto, o Desembargador Corregedor explicita as condições que foram estabelecidas para eventuais nomeações de reposição de servidores que se aposentaram, o reduzido número de nomeações que foram autorizadas pelo CSJT, bem como, as ferramentas e possibilidades que a Corregedoria vem criando, com o objetivo de suprir eventuais carências de pessoal;

- compartilham do entendimento de que há necessidade de criatividade e de melhora na gestão de processos e atividades;

- reconhecem algumas dificuldades com o PJeCalc a serem superadas, assim como, comprometem-se a incentivar seu uso nesta 21ª Subseção da OAB de Bauru, uma vez que compreendem que é meio para dar celeridade à tramitação dos processos;

- apontam as dificuldades que foram enfrentadas com o elevado número de publicações concomitantes que ocorreram tão logo elas foram retomadas, após o período de recesso e início de ano;

- apontam as dificuldades quanto aos processos triados pelas varas que são incluídos na pauta do CEJUSC, cuja possibilidade de acordo é extremamente remota. Nesse ponto, a OAB se propõe a auxiliar a unidades na triagem;

- ilustram processos que recebem a quitação pela executada Fundação Casa Centro de Atendimento Sócio Educativo ao Adolescente, sem a correspondente comunicação nos autos e conseqüente prejuízo da liberação do crédito para o exequente (*e.g. que* 0001035-57.2012.5.15.0090 da 3ª VT de Bauru).

- processos com recurso de revista seguem já digitalizados para o TST, o que entende a OAB pode ser aproveitado para as suas migrações ao sistema eletrônico;

- pleito para estender a utilização do estacionamento do Fórum para os advogados. Neste ato, os advogados presentes levarão a conhecimento da sua Presidência de Subseção para firmarem termo de compromisso com este Fórum



Trabalhista;

- preparação e oferta de estagiários para atos meramente ordinatórios.

10 - OBSERVAÇÕES GERAIS

10.1 – O MM. Juiz Substituto Responsável está autorizado a residir fora da sede da circunscrição (PA 0000013-31.2013.5.15.0897);

10.2 – Foi informado pela Coordenadora da CGC que o edital de Correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

10.3 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação da Coordenadora, pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se, ainda, que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 4366/2016.

11 – ENCERRAMENTO

No dia 08 de março de 2018, às 19 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.